

## OS “MAIS-VELHOS”, A POLÍTICA E A INSTITUIÇÃO LITERÁRIA

Pires Laranjeira  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



**Resumo:** *Uso a palavra “mais-velhos” (uma palavra aglutinada com hífen) no sentido de os “menos novos” que viveram uma vida intelectual e política intensa e que, independentemente da idade com que morreram, acham-se hoje perpetuados entre os povos a que pertenciam, inclusive ultrapassando a condição nacional para projectarem as suas obras – escritos e legado político – para lá dos territórios de origem. O sentido da palavra está relacionado obviamente com o contexto africano, em que os “mais-velhos” são os depositários do saber e da experiência, que funcionam como exemplo para as suas comunidades. Estes “mais-velhos” são, de certo modo, uns antepassados especiais, com valor real de fundadores ou renovadores de comunidades e/ou representantes inovadores de tais comunidades. Renovaram as práticas políticas e culturais.*

**Palavras-chave:** Política, literária, “mais-velho”, intelectual, origem.

**Abstract:** *The use of the word “older-ones” (a word with hyphen) meaning the “younger-ones” who lived an intense intellectual and political life and independently the age they died, they are nowadays perpetuated among people they belonged to even surpassing the national condition to project their masterworks – written and political legacy – far away their origin territory. The word meaning is obviously related with the African context which the “older-ones” are the knowledge and experience keepers who works as model to their communities. These “older-ones” are, in certain way, special ancestors with real value of founders or renewers of communities and/or innovative representatives of such communities. They had renewed the politics and cultural practices.*

**Keywords:** Politics, literary, “older-ones”, intellectual, origin.

### 1 - Os mestres “mais-velhos”: experiência, saber e acção em alguma literatura política do sul

Uso a palavra “mais-velhos” (uma palavra aglutinada com hífen) no sentido de os “menos novos” que viveram uma vida intelectual e política intensa e que, independentemente da idade com que morreram, acham-se hoje perpetuados entre os povos a que pertenciam, inclusive ultrapassando a condição nacional para projectarem as suas obras – escritos e legado político – para lá dos territórios de origem. O sentido da palavra está relacionado obviamente com o contexto africano, em que os “mais-velhos” são os depositários do saber e da experiência, que funcionam como exemplo para as suas comunidades. Estes “mais-velhos” são, de certo modo, uns antepassados especiais, com valor real de fundadores ou renovadores de comunidades e/ou representantes inovadores de tais comunidades. Renovaram as práticas políticas e culturais.

Agostinho Neto fundou o Estado-Nação de Angola e é o seu poeta fundacional, correspondendo, no seu país, a Rosalia de Castro

na Galiza, Camões em Portugal, Gabriela Mistral no Chile ou Walt Whitman nos EUA. Toda a sua obra literária não pode ser cabalmente compreendida se não se ligar cada texto à época precisa em que foi produzido e se não se fizer a leitura obrigatória das componentes ideológicas, axiológicas, sociais e políticas, sob pena de se perderem os sentidos relacionados com a épica, a simbólica e a referencialidade do discurso. Ou seja, a sua poesia – tal como necessariamente a intervenção política – mostra a experiência de quem a produz. No começo, quando escreveu os primeiros poemas, em 1945, pode-se arriscar que tinha muito presente a sua formação protestante, como coadjuvante do pai, que era pastor religioso, além de apresentar nítidas marcas neo-realistas, dois anos antes de rumar a Coimbra, a fim de se matricular na Faculdade de Medicina. São poemas de estrutura e discurso simples, condoendo-se com os miseráveis e oprimidos, isto é, sobretudo com os colonizados negros de Angola. Existe nessa sua poesia simples um traçado de quadros como que pictóricos dos sofrimentos e alienações dos negros. O motivo dos negros será recorrente, constante, sem qualquer atenção solidária explícita com os



oprimidos brancos. No entanto, sabemos como Neto militou na Oposição a Salazar, tendo pertencido ao MUD-Juvenil e esteve preso várias vezes, no Porto, Aljube de Lisboa, Peniche, Luanda e Cabo Verde. Por outro lado, ajudando o pai no ofício religioso e, já nos anos 60, actuando como médico em Luanda, junto ao povo carenciado, ganhou conhecimentos sobre ele e também o seu reconhecimento. A dedicação ao negro africano e de todo o mundo sobrelevou a solidariedade internacionalista, típica do marxismo-leninismo, embora a sua experiência de militância em Portugal pudesse fazer-nos pensar que o predisponha para uma poética internacionalista, como a de Neruda ou Alberti. Ele pretendeu incluir o negro – nomeadamente o angolano – no concerto dos povos livres do mundo, por meio da obra poética enquanto veículo ideológico e discurso estético, e conseguiu-o antes de os angolanos ascenderem ao estatuto de independentes.

O líder guineense Amílcar Cabral baseou-se na sua experiência de engenheiro agrícola, licenciado em Lisboa, para palmilhar a Guiné-Bissau profissionalmente, conhecendo o território e o seu povo, aliando a formação universitária à prática no terreno. Cabral, homem de cultura, chegou a escrever alguns poemas na e de juventude, um acto sem continuidade. A entrega à luta de libertação nacional obrigou-o a empenhar-se por inteiro nas tarefas de organização e liderança, como aconteceu com Neto em 1960. Quando jovem, nessa poesia algo ingénua dos anos 40, Cabral já assumia a doação ao povo negro.

Três décadas depois, ele haveria de escrever sobre o papel da cultura na luta pela independência, como escreveu sobre a importância da língua portuguesa como legado positivo dos portugueses, isto já muito próximo do seu assassinato e da própria independência do país, explicando que se limitava, e cito, “praticamente a transmitir o resultado da [...] experiência e das [...] observações”, impossibilitado que estivera de consultar muita bibliografia que poderia ter enriquecido o seu trabalho. Todavia, esse texto, lido por um intermediário em conclave de peritos da UNESCO sobre noções de raça, identidade e dignidade, tornou-se uma peça teórica fundamental quanto à noção da luta de libertação enquanto acto cultural, aliás, na senda do pensamento do psiquiatra antilhano Frantz Fanon, que esteve empenhado na luta de libertação da

Argélia. Reconhecendo, nesse texto, que o imperialismo do século XX arrastou consigo a necessidade de um conhecimento maior das sociedades dominadas e suas culturas, com o estudo alargado de conceitos como os de raça, casta, etnia, tribo, nação, cultura, identidade, dignidade e outros, Cabral criticou a teoria de a cultura poder ser uma arma na luta pela independência, lembrando que somente as elites ou as diásporas coloniais detinham um saber propício à luta política organizada e dirigida, elas que tinham sido assimiladas à cultura euro-ocidental, mas que, ainda assim, careciam de respaldo popular. Estando as populações largamente alheadas da cultura do dominador, não se colocava a questão de *desassimilá-las* ou de propor um qualquer *renascimento cultural*, pois elas eram as naturais detentoras das tradições culturais do território. Tratava-se, isso sim, de partir das identidades preservadas pelo povo (ou estacionárias) para uma acção nacional popular de libertação, considerada uma “expressão política organizada de cultura”. Baseando-se no marxismo, Amílcar Cabral afirma o *carácter de classe* da cultura (distinguindo as sensibilidades diferenciadas nas categorias urbanas e nas rurais de estrutura vertical – o Estado), acabando por vinculá-la à *dimensão nacional*, a fim de poder tornar-se operativa e *consequente* do ponto de vista político. Para isso, salienta ainda o *carácter racional e nacional* do movimento de libertação, no que podemos chamar a consciência da ultrapassagem das limitações locais, regionais e particulares e sua transformação em conhecimento universalmente válido para todos. Tal como outros autores de literatura política, Cabral postula a acção de libertação e desalienação política e cultural a partir da acção popular em movimento, baseado no saber de experiência feito e na prática política correcta a partir de um saber transitando do universalmente adquirido para o campo concreto da aplicação nacional e local, no contexto político da dominação colonial no início da década de 70, o que, como se sabe, saldou-se num triunfo inequívoco das suas teorias.

Tendo sido Cabral assassinado e Agostinho Neto falecido por doença, não chegaram etariamente a ser “mais-velhos” na acepção consuetudinária e cosmogónica dos seus povos. Foram-no, todavia, pela larga experiência de vida, de luta política, de saber científico e vivencial e de um largo engajamento na acção social e

política. Os seus textos de literatura política (de literatura, de cultura e de política) são um legado incontornável para os países africanos e, por consequência, para um espaço de lusofonia a haver. É de saudar, pois, o livro de Leonel Cosme, **Agostinho Neto e o seu tempo**, sobre o pensamento e a acção política e cultural de Neto, publicado pela editora Campo das Letras, o primeiro que, em Portugal, traça um perfil objectivo e esclarecedor do personagem histórico que ajudou na luta pela democracia portuguesa. Note-se ainda que, nos jovens países africanos, por vezes, equaciona-se a hipótese de considerar alguns discursos políticos como integrantes do campo literário. Nada que escandalize, se pensarmos que a Carta de Caminha e outros textos epistolares, historiográficos, documentais e ensaísticos, inclusive de autores portugueses, têm integrado a história da literatura brasileira.

Aproveito para referir um outro exemplo de um “mais-velho” que viveu apenas 35 anos, sendo este caso exterior à lusofonia, mas não a uma latinidade, embora relativa. O peruano José Carlos Mariatégui, que viveu no 1º quartel do século XX, é autor de **7 ensaios de interpretação da realidade peruana**, fundador da peruanidade moderna, os quais serviram, como a obra de outros pensadores sul-americanos, para transposição aplicativa a outros países ou mesmo ao subcontinente centro e sul-americano. Além desse texto, escreveu uma obra considerável de teoria política, análise sócio-política, cultural, artística e literária, com intervenções em jornais e revistas, além de encontros, de variada índole. Mariatégui pensou, fora da universidade (porque não era sequer licenciado), a literatura do seu e de outros países, assim como a arte, a sociedade e a política, ajudando, no campo literário, a separar as águas peruano-coloniais da modernidade. Nos seus curtos 35 anos de vida, fundou a revista *Amauta* e a respectiva editora, que ainda subsiste, que marcaram profundamente a realidade peruana e sul-centro-americana. Tendo sido católico na primeira juventude, fundou o partido dos trabalhadores peruanos (nomeadamente proletários), tal como Cabral e Neto fundaram os movimentos nacionais de libertação.

Em conclusão, a “velhice” ou “terceira idade” não constitui necessariamente um campo de “senectude”, mas, mental e culturalmente, podemos considerar que, em qualquer região

meridional, por causalidades bem precisas - a mais determinante das quais é o círculo muitíssimo restrito das elites culturais, no tempo colonial - nessas regiões (como no Peru, um país profundamente indígena e indigente) pode-se chegar a “mais-velho” na meia-idade e até antes disso, ou seja, ao estatuto de mestre respeitado, como o foi Agostinho Neto, dito Kilamba ou Doutor, na voz do povo. Experiência e saber só têm validade quando transformados em acção: essa foi a lição destes três “mais-velhos”.

## 2 - Agostinho Neto – Um idealizador e futor do mundo de todos os homens

O livro de Leonel Cosme, **Agostinho Neto e o seu tempo** (2004), editado pela Campo das Letras (Porto), é pedagógico quanto ao propósito de explicar o personagem histórico por meio dos textos e atitudes que protagonizou e mostrar a coerência que os interligou. O retrato, com tintas fortes e personalizadas, que Leonel Cosme traça de Agostinho Neto, líder político, estadista, cidadão, poeta e humanista, não é um panegírico, nem uma biografia, mas uma identificação das suas directrizes intelectuais e ideológicas, por via daquilo que escreveu, disse publicamente e ousou fazer, actuações essas que o levaram à fundação e chefia do Estado-Nação de Angola. O livro é crítico para com a sociedade portuguesa - sem o dizer -, na medida em que corrige erros, equívocos e preconceitos gerados em torno da sua figura e da sua obra. Por exemplo, explica que, para Neto, o inimigo não era o branco, nem o povo português, que respeitava profundamente (até porque casou com a portuguesa Maria Eugénia Neto no dia da sua formatura em Medicina), que não proibiu as religiões após a independência, que manteve suficiente distância e relações de não submissão com a União Soviética (visitou a China, por exemplo, facto sempre deliberadamente esquecido), nunca falou em abandonar ou subalternizar a língua portuguesa (como já chegou a afirmar publicamente José Eduardo Agualusa, que Cosme desmente cavalheirescamente, como é seu timbre), explica as ressalvas ao regresso dos chamados “retornados” a Angola (somente com certos requisitos, impossíveis de cumprir, é certo), relembra que visitou Mobutu no Zaire, depois de este ter invadido Angola e tentado depô-lo, logo

em 1975 (contra o sentir de muitos dos seus companheiros de jornada histórica), a sua admissão pública dos excessos da polícia política DISA – e conseqüente reforma – e das arbitrariedades do partido e da administração central e local após o golpe falhado de Nito Alves em 1977. Quantos e que políticos, em Portugal, por exemplo, admitem os erros? O livro é, pois, uma espécie de desmentido da imagem capciosa e denegrida que, em Portugal, foi se criando, antes e depois da democracia moderna, do líder angolano. Mas é muito mais do que isso.

Leonel Cosme traça de Neto o perfil de um humanista forjado no cristianismo e no marxismo, com grande capacidade de aceitação das diferenças, mas implacavelmente determinado a lutar pela independência de Angola e, portanto, a não pactuar com jogos e traições de bastidores por parte de intelectuais distantes do povo angolano ou apenas sedentos de poder e glória, baseando-se em ideias perigosamente injustas e discricionárias, como as que levaram às posições de ruptura de Viriato da Cruz ou Mário Pinto de Andrade. Cosme relembra que este último se manifestou contra o golpe de Nito Alves, dando assim razão a Neto, mesmo após o afastamento político entre os dois. Sinal desse humanismo amplo, a poesia de Neto – segundo Cosme – podia ser escrita por um cristão, tanto como por um agnóstico ou ateu. É o elogio máximo, quanto ao teor ideológico-religioso, que se pode fazer a quem encontrou no título **Sagrada esperança** o lema da luta individual e colectiva.

Um aspecto deveras inovador e surpreendente é que o livro revaloriza aquela produção literária e cultural do tempo colonial que, sem ser revolucionária, engajada, ou mesmo sem ser da esquerda dita tantas vezes radical, exprimia peculiaridades não desprezáveis, sobretudo dos que sonharam Angola como sua “Terra da Promissão”.

A segunda parte do livro é um resumo objectivo e amplo, suficientemente pormenorizado e esclarecedor (à maneira enxugadamente ensaística, monográfica e jornalística que é a marca capital do autor) do processo nacionalista, político-cultural que, após 1945, conduziu à independência do país. Cosme dá a conhecer as posições de homens que, antes dos movimentos culturais da Mensagem ou da Cultura (II), como Norberto Gonzaga, Morais Sarmiento ou Henrique Galvão – em certos períodos, como o da viragem

dos anos 30 para os 40 - desferiam críticas à administração colonial, lamentavam a literatura angolana ser incipiente ou assinalavam a “alma incipiente de uma Nação” (e esta última tirada é de Galvão).

Relativamente ao Sudoeste de Angola, sobretudo à Huíla, o livro é um testemunho e uma reposição de uma vertente histórica da colonização e sua importância cultural. Um maior desenvolvimento desse tema pelo Autor quanto à colonização (que teve homens clarividentes, homens bons, no conceito antigo e nobre da expressão), pode-se ler no seu livro sobre **Crioulos e brasileiros de Angola** (2001). Aparentemente, tratar-se-ia de um segmento muito estrito da investigação sobre a constituição de uma Angola moderna, mas, quando verificamos que, nas outras regiões do território, assistiu-se a um desmoronar relativo do saber e do respeito pelo património e pela memória, o caso do Sudoeste dá para pensar que estamos perante uma região muito especial, como se vê pelos trabalhos de Cosme e de Ruy Duarte de Carvalho. Cosme efectua um **tour de force** cultural e historiográfico para nos dizer que tenhamos cuidado com a visão globalizadora e, por outro lado, generalista sobre Angola, que padece sempre de ser defeituosa, lacunar e, portanto, omissa, por desconhecimento ou precipitação.

A parte importante do livro dedicada também à Huíla pode ser lida, por conseguinte, como uma explanação voltada para o futuro, como que a sinalizar vivências e trabalhos que não podem ser esquecidos, contributos para o desenvolvimento cultural de Angola integrando o grande desígnio de uma outra pátria que não a portuguesa. Parece-me ser – e desculpe-se o meu desconforto em dizer isto – uma espécie de **testamento** de um protagonista, sempre modesto, a trabalhar para o bem comum dos cidadãos de bom nome e sem voto na matéria. É o desejo legítimo e merecido de mostrar aos vindouros que ali, no sul de Angola, existiu cultura, civilidade e vontade de ser angolano, mesmo quando tudo parecia contrariar essa determinação de engrossar as fileiras de uma pátria nova, nos limites de uma actuação sob a capa da legalidade e com seus subterfúgios, que muito espantarão quem e quando vierem a ser conhecidos, se tal suceder.

O tempo que foi dado viver a Agostinho Neto – segundo tal entendimento - não deverá, então, ser aferido exclusivamente por padrões de leitura

que se fiquem pelo reconhecimento da Casa dos Estudantes do Império (que funcionou entre meados dos anos 40 e meados dos 60), dos exílios, das matas dos **maquis** ou dos **hinterlands** de Luanda, Malange, Benguela e Nova Lisboa (Huambo). Existiram mais **angolas** e uma delas, como centro irradiador de cultura e actividade sócio-política foi a Huíla, cuja construção identitária da modernidade começou, como se sabe, em meados do século XIX. Esse contributo de Cosme ganha nova dimensão no livro dedicado a Neto, ao lembrar a pugna pela criação da Universidade de Angola, de que ele próprio, no Lubango, foi um dos pilares reivindicativos, mantendo-se na discórdia, isto é, numa luta travada nos bastidores, pela persuasão de intervenientes institucionalmente melhor colocados. Convirá eventualmente retirar daqui todas as conseqüências: o tempo de Neto não é somente o tempo de Lúcio Lara, Iko Carreira, Comandante Hoji-ia-Henda, Manuel Pedro Pacavira, José Luandino Vieira ou Domingos Van-Dúnem; é também o tempo da Primeira Dama fundadora do Estado-Nação de Angola, Maria Eugénia Neto, e seus filhos, e é também o tempo de homens como Leonel Cosme, que tentaram construir a sua “terra da promessa” com o MPLA. O Autor achou que agora era o momento certo de dar à estampa um livro como este. Não só este tipo de livro, como outros testemunhos (alguns já escritos e outros publicados ou em vias de o serem, inclusive por meio da ficção), podiam ter sido publicitados mais cedo, mas apenas o comedimento, o sentido apurado da estratégia, o respeito ético para não atrair afinidades electivas e princípios de solidariedade política, além da oportunidade, fizeram com que o Autor se contivesse e, penso eu, continuará a conter-se. Somos confrontados – e ainda bem – com o facto de ser um português, branco, com 30 anos de Angola, antes e depois da independência, que sonhou ser angolano (mas teve de abandonar esse sonho, por motivos de força maior, históricos e pessoais), a traçar em Portugal o primeiro retrato intelectual e político credível de Agostinho Neto, que muito irá ser apreciado, consultado e estudado em Angola e no resto do Mundo – assim o espero e tenho a quase certeza incerta disso, tanto quanto mo permitem a intuição e a premonição.

Entre os muitos aspectos a salientar, existem alguns de muito interesse. São lembrados o papel do Presidente Ramalho Eanes no desanuviamiento das relações entre Portugal e Angola e as

resistências de Mário Soares – na época, Ministro dos Negócios Estrangeiros - nesse relacionamento, mais propenso, recorde-se, a apoiar a trágica UNITA de Savimbi. Baseando-se no romance **A geração da utopia**, de Pepetela, e numa declaração deste escritor de que já não se revia no MPLA, Cosme como que abre a porta para uma leitura que poderia colocar o escritor no rol, não já dos resistentes, mas dos desistentes, conformistas ou mesmo oportunistas, mas parece afastar a ideia de que possa ter feito o jogo de traição dos ideais nacionalistas e revolucionários defendidos por Neto. São, de qualquer modo, reflexões inspiradoras e desassombradas, como é apanágio do Autor. Por exemplo, Cosme ataca a noção de criouliidade aplicada a Angola por Agualusa e outros, mostrando que, para escritores como João Melo ou Ismael Mateus, o país não morreu, ao contrário do que afirmam alguns **Velhos da Restinga**, porque acreditam que haverá sempre uma luta que continua, uma pátria que permanece viva e uma Sagrada Esperança renovada. É por isso também que Leonel Cosme, não se considerando ele próprio um angolano, mas sendo um dos mais importantes intérpretes e defensores do pensamento de Agostinho Neto, feito palavras e obras – colocando-o a par de Amílcar Cabral e outros - não poderá deixar de ser reconhecido por Angola, senão como um seu filho dilecto, ao menos como um dos seus mais-velhos mestres honoríficos, com quem os mais novos, sem complexos, muito terão a aprender.

Este livro, que é uma releitura objectiva e edificante de uma personalidade do panteão africano, obriga-nos à interrogação incontornável do destino póstumo da obra e da imagem de Neto. Que representa ele para os angolanos actuais – os do poder político e o povo -, o que é que se faz em Angola para restituir-lhe a sua real e verdadeira dimensão histórica e simbólica de libertador de um povo e um país e de solidariedade para com as lutas dos povos e nações da África Austral? O que será das gerações mais novas e das futuras, se o Estado não fizer jus à sua grandeza e à dívida que os africanos, nomeadamente os afro-austrais, mas também os portugueses, têm para com ele e a sua estratégia de lutar pela libertação dos oprimidos e explorados do mundo? Honra seja feita a Boaventura Cardoso, que organizou em Roma um colóquio internacional, em 2002, ou a Salvato Trigo e Botelho de Vasconcelos, que fizeram o mesmo no Porto em 1989. O seu a seu dono,

que outras referências podiam aqui ser trazidas, mas estas, tão diversificadas, servem de exemplificação.

Sintamo-nos reconhecidos por Leonel Cosme ter acrescentado uma acácia rubra à memória de Neto e nos ter explicado o seu percurso ideológico, cultural e doutrinário, lamentando que outro tanto e muito mais do que isso não tivesse já sido feito por outros com mais obrigações, devido à condição de angolanos, políticos, combatentes cívicos, patriotas ou homens de cultura. Fica o recado e os agradecimentos pela obra que nos legaram de um admirador de Leonel Cosme e de Agostinho Neto.

### 3 – Uma violenta controvérsia quanto à literatura angolana

O dramaturgo angolano José Mena Abrantes (JMA), nascido em Malange, organizou uma intitulada “Biblioteca de Literatura Angolana” (BLA), constando de um conjunto de 24 livros e 26 autores, um por autor, com excepção daquele que engloba três poetas num só volume, que entendeu representarem a literatura do seu país, dada à estampa em 2004. Os 26 escritores e livros foram publicados, em Luanda, por encomenda da empresa brasileira de construção civil Odebrecht, sob produção das Edições Maianga e o apoio da União dos Escritores Angolanos (UEA), presidida por Adriano Botelho de Vasconcelos (ABV). A publicação integrou os volumes em duas cuidadas caixas cartonadas, com óptima apresentação gráfica, que muito valorizam o empreendimento. Até aqui, nada de anormal. Porém, tal empreendimento levantou uma inusitada e violenta polémica de contornos verdadeiramente surpreendentes, pois o autor da “Biblioteca” foi acusado de parcialidade, discriminação qualitativa e mesmo de preconceito racista/etnicista. Na imprensa angolana – que é completamente diversificada e livre, diga-se – foram publicados textos e mais textos sobre a questão, sobretudo no final do ano passado, mas com notícias e repercussões que ainda agora se fazem sentir. Entre os opositores declarados à selecção apresentada por JMA encontram-se precisamente o secretário-geral da UEA, o escritor ABV, além do escritor Jorge Macedo, que se tornou, entretanto, em fevereiro, o coordenador da Comissão para a Redacção da História da

Literatura Angolana (nomeada pelo Ministro da Cultura, o também escritor Boaventura Cardoso), e, ainda, por exemplo, o jornalista e escritor Ismael Mateus, para referir apenas três dos envolvidos na oposição.

Principal argumento dos descontentes com a selecção: dos 26 escritores escolhidos por JMA, apenas quatro eram negros, sendo os restantes brancos e mestiços. Por outro lado, associando-se a este argumento, um outro concomitante: a selecção deixou de fora outros escritores que, segundo os críticos de JMA, serão tão representativos como os eleitos, ou, nalguns casos, ainda mais. Para que se perceba melhor, convém aduzir outros dados. Mena Abrantes é branco, o mais importante dramaturgo angolano, encenador e responsável pelo grupo de teatro Elinga, entre outras actividades, em que se insere o facto de ser, há mais de 15 anos, assessor do Presidente José Eduardo dos Santos. Jorge Macedo publica, desde os anos 60, poesia e narrativa, bem como ensaio literário, além de outro tipo de textos, sendo ainda etnomusicólogo. Adriano B. de Vasconcelos, além do seu percurso de escritor (nomeadamente na poesia) desde os anos 80, foi também, por exemplo, conselheiro cultural da Embaixada de Angola em Portugal, tendo co-organizado, com Salvato Trigo e a Faculdade de Letras do Porto, um Colóquio Internacional sobre a cultura angolana e publicado um jornal de cultura, o **Angolê**. Ismael Mateus é um jornalista que recentemente se tornou romancista, com dois títulos, sendo dos três (todos negros), por isso, literariamente o menos importante.

Voltando à “BLA”, arrolemos os autores e títulos seleccionados: António de Assis Júnior, **O segredo da morta**; Castro Soromenho, **Viragem**; Mário António, **Crónica da cidade estranha**; Alda Lara, **Poemas**; António Jacinto, **Poesia**; Viriato da Cruz, Ernesto Lara Filho e Aires de Almeida Santos, **Obra poética**; Óscar Ribas, **Ecos da minha terra**; Agostinho Neto, **Sagrada esperança**; José Luandino Vieira, **Lourentinho, D. Antónia de Sousa Neto & eu**; António Cardoso, **A “fortuna”**; Arnaldo Santos, **A casa velha das margens**; Costa Andrade, **Poesia com armas**; Pepetela, **Mayombe**; Uanhenga Xitu, **“Mestre” Tamoda**; Henrique Abranches, **A khonkhava de Feti**; David Mestre, **Subscrito a giz**; Ruy Duarte de Carvalho, **Hábito da terra**; Arlindo Barbeitos, **Angola, angolê, angolema**; Boaventura

Cardoso, *A morte do velho Kipacaça*; Ana Paula Tavares, *Poesia*; João Melo, *Imitação de Sartre & Simone de Beauvoir*; José Eduardo Aqualusa, *A conjura*; Jacques Arlindo dos Santos, *Chove na grande kitanda*; José Mena Abrantes, *Caminhos (des)encantados*. A selecção podia sempre ter sido outra, como é óbvio, dependendo do responsável. Eu, por exemplo, escolheria antes *Nós, os do Makulusu*, de Luandino Vieira, trocava a narrativa de Mário António pela sua poesia, optaria por alguma peça de teatro do próprio Mena Abrantes, em vez dos contos, incluiria Jofre Rocha em vez de Aqualusa e alguém da literatura infanto-juvenil. De Ruy Duarte de Carvalho incluiria não poesia, mas narrativa, por exemplo, *Como se o mundo não tivesse leste* ou mesmo *Vou lá visitar pastores*, um livro nem sempre considerado literário. Optaria por *Terra morta*, de Soromenho. Aos que não foram contemplados, não me repugnaria trocar David Mestre (acrescento: de quem fui grande amigo) por João Maimona. Substituiria facilmente Alda Lara por outro nome, como o contemporâneo Jorge Macedo ou um do século XIX, que seria Cordeiro da Matta.

Devo esclarecer que considero a selecção suficientemente diversificada e aceitável, quer quanto aos autores, quer quanto aos textos escolhidos. Assim, desde o poeta fundador do Estado-Nação, Agostinho Neto, aos representantes da literatura “tipicista” (“costumbrista” ou “nativista”), como Assis Júnior e Óscar Ribas, passando pelos poetas da modernidade vanguardista, que não descartam fundamentos da angolidade, como David Mestre, Ruy Duarte de Carvalho e Arlindo Barbeitos, ou poetas sobretudo do “tipicismo regionalista com propensão nacional e internacional” (Viriato da Cruz, Lara Filho e Almeida Santos), ou, finalmente, aos escritos de temática revolucionária, como a poesia “com armas” de Costa Andrade ou o romance da guerrilha de Pepetela, e sem esquecer os prosadores que adoptam a influência da oralidade, como Uanhenga Xitu ou Boaventura Cardoso, ou, drasticamente, reinventam o modo narrativo angolano, como Luandino Vieira e João Melo, o âmbito selectivo parece-me suficiente para dar ao leitor um panorama consistente de literatura angolana (repare-se: o título da “Biblioteca” não é totalizador, não é da literatura). Insisto: gostaria de ver incluídos Manuel Rui (que recusou), Jofre Rocha, Jorge Macedo, João Maimona ou Adriano

Botelho de Vasconcelos. Se a selecção pudesse ser vasta (resta saber quais as condições editoriais), outros nomes podiam incluir-se, mas, com obra suficientemente vasta e significativa, não haveria assim tantas opções como se possa pensar, a não ser que se optasse por fenómenos recentes de eleição editorial e mediática – sujeitos a confirmação – como Ondjaki, ou, então, que se contemplassem também nomes que, por vezes, são esquecidos, por não estarem “na moda” ou se mostrarem tão fortemente “engajados” em temáticas revolucionárias, escritas directas ou assuntos “menores”, como Manuel Pedro Pacavira, Maria Eugénia Neto e Carlos Ferreira. Ainda outros teriam lugar, por certo, numa mais ampla escolha.

A questão cultural mais grave surgida na controvérsia em torno deste trabalho foi, sem dúvida, a suspeição levantada sobre a legitimidade, idoneidade e capacidade de JMA levar a cabo essa tarefa que lhe foi atribuída por uma empresa privada. Num país em que a crítica literária sofre sérias dificuldades (quase nulo suporte universitário, ausência de prática “profissional” continuada, formação inadequada, carência afiliva de bibliografia, etc) não vislumbro, face aos textos críticos conhecidos, uma linhagem substancial de práticas críticas eticamente credíveis, lucidamente esclarecidas e teoricamente fundamentadas, com escassas excepções, a mais notável das quais é a de Luís Kandjimbo. Mesmo alguns “mais-velhos” críticos angolanos, respeitáveis, como Jorge Macedo, têm-se comprazido, por vezes, em argumentações críticas que lembram o tão criticado “ambaqueísmo”. Uma outra questão fulcral: em Portugal, é óbvio que também há incidentes parecidos e basta recordar o chinfrim em torno da antologia *O século de oiro*, de poesia portuguesa, a propósito da não selecção de Miguel Torga, Manuel Alegre, etc. Esgrimiram-se, então, argumentos os mais disparatados, por pessoas ditas da “vida pública”, mas que, de poesia, devem compreender tanto como eu de alguidares. No caso angolano, o mínimo que se poderia exigir a um JMA é que tivesse a máxima atenção com qualquer (f)acto literário poder ter, com grande probabilidade, repercussões políticas. Não é a literatura, em Angola, mais do que noutros países, um efectivo meio de promoção social e política? Afinal, género(s), raça, etnia, classe, cor de pele, notoriedade, reconhecimento, representatividade, etc são componentes incontornáveis da instituição

literária angolana. Tem de se lidar com isso quando se trata de literatura angolana, ao contrário do que muitos nefelibatas da crítica, seja ela qual for, ainda pensam, erradamente. Em Portugal e no Brasil, nem se imagina a escandaleira que assolou os médias angolanos. Trocaram-se verdadeiros mimos envenenados e falhos de rigor. Nunca tal tinha acontecido, que eu saiba. Um e outros dos envolvidos provocaram um autêntico **terramoto intelectual** – de conseqüências imprevisíveis - que poderia ter sido evitado se fossem observadas certas condições: conhecimento exaustivo dos factos e das regras; argumentação fundamentada, inequívoca e compreensiva; aceitação das opções alheias; ausência de arrogância e de mal-entendidos; clareza e autenticidade de intenções; observância do direito à diferença; consciência lúcida do contexto social, cultural e ideológico; uso das regras elementares de (con)vivência democrática e de sociabilidade institucional. Alguns destes pressupostos foram, por certo, desconsiderados e, por isso, gerou-se um vendaval desproporcionado de “mujimbo” (boatos), má-fé, juízos inconsistentes, desrespeitos deselegantes. Nada que não tenha acontecido com qualquer literatura. Mas, atendendo ao que observei em Luanda, durante uma semana, muito recentemente, não me restam dúvidas de que existe uma atmosfera de má vontade, em certos sectores da vida angolana, incluindo o empresarial, o político e o cultural, para com membros da sociedade por serem brancos e mestiços, não se olhando à competência e experiência dessas pessoas. Gostaria muito de estar enganado, mas a experiência diz-me que essa situação, em contexto pós-colonial, é bastante corriqueira. E o mesmo poderíamos dizer, ao contrário, se a análise recaísse sobre a sociedade portuguesa. De facto, ninguém pode lavar as mãos em água turva.

#### 4 – Manuel Lopes: um “mais-velho” cuja força da natureza permanece

Com a morte do cabo-verdiano Manuel Lopes (1907-2005), desaparece a última figura da primeira **Claridade** (1936), mas não desaparece o legado dessa revista e desse movimento que revolucionaram as Letras em Cabo Verde, pois a sua influência continuará a fazer-se sentir, na medida em que se tornaram incontornáveis e foram

mesmo “canonizados”, em 1986, na altura do cinquentenário, que teve honras nacionais, no país e nomeadamente no Mindelo, com a realização de um Colóquio Internacional. Nessa época, ainda estava vivo também Baltasar Lopes, o patriarca da literatura do país e do movimento. Já falecera o terceiro elemento notável, o poeta Jorge Barbosa. A **Claridade** representa para Cabo Verde o que o **Panorama** representa para Portugal ou a **Amauta** para o Peru, a **Mensagem** para Angola ou a **Révue Indigène** para o Haiti: são revistas fundadoras de uma consciência nacional nas artes e letras e no pensamento. E Manuel Lopes, com os seus textos ensaísticos curtos, publicados na revista, como, depois, com a sua obra literária, tornou-se numa figura icónica, tanto pela sua importância literária e cultural como pela discrição com que viveu. Não é por acaso que a sua estreia em livro se deu com um ensaio monográfico sobre a Ribeira do Paúl, na ilha de Santo Antão, tendo o conhecimento dessa região agrícola servido para fundamentar a sua obra narrativa, à semelhança – noutra esfera e noutra dimensão – do que aconteceu com Amílcar Cabral, que, percorrendo a Guiné-Bissau como engenheiro agrónomo, viria a conhecer o seu país tão bem para poder lançar com êxito a luta de libertação nacional. De igual modo, Baltasar Lopes acaba por transmitir no seu romance **Chiquinho** a experiência inicial de professor, como Jorge Barbosa na poesia, a vivência dos problemas não só de Cabo Verde, como também dos compatriotas serviçais em S. Tomé. A literatura, para essas pessoas da **Claridade**, tal como para toda a grande literatura, não podia deixar de ser experiência de vida e de morte, observação e empenhamento, saber e testemunho, com sua dose de sonho, imaginação e maravilhoso, sobretudo em circunstâncias de dificultosas tormentas, qual epopéia prosaica e poético-moderna de um país em parto lento, também feito por eles.

A discrição – até no estilo literário, enxuto e fotográfico, relatando acções de grande densidade e conteúdo, onde o povo cabo-verdiano revê os seus problemas de sempre - era uma marca distintiva desse homem-escritor pouco dado a vaidades mundanas, que acabou por não ser figura de “partido”, embora tomasse partido pela cultura, pela humanização da sociedade, por apelar à “mocidade” (como era hábito, nos anos 40 e 50, chamar à juventude), desde sempre, a que não se perdesse nos descaminhos da incultura

e da alienação e usasse a dialéctica do enobrecimento para lutar por causas benéficas para a humanidade de seres humanos concretos. Fê-lo em palestras, em artigos, além do que pintou alguns quadros enquanto amador (amante) que pratica, usando, tanto nos escritos como na pintura, o que se pode chamar a “referência realista”, o querer dar a ver o real “tal como ele parece que é”, segundo a objectiva de um fotógrafo, a paleta de um pintor naturalista ou a prosa de um jornalista descritivo. Ou seja, a sua obra é a de quem quer dar notícia de Cabo Verde sob uma perspectiva social, económica, cultural, mas sem o compromisso de fazer arte engajada politicamente, antes procurando “relatar” o que em si fazia doer pela desumanização: as secas terríveis, com seu estendal de miséria, sofrimento e morte; os dramas familiares, com seus desencontros e vida precária; os pequenos tráficos morais, face à “amoralidade” da natureza impiedosa; as vidas vividas a duras penas e os actos desesperados e também trágicos (como Leandro ou José da Cruz, de **Os Flagelados do Vento Leste**); as actividades de sobrevivência da gente comum; a obstinação dos que ficam e labutam sem “perder a alma”, como essa esplendorosa personagem de Mané Quim, seco e simplório, mas decididamente férreo e telúrico, que não emigra e finca os pés na terra, finalmente varrida por uma “chuva braba” no romance com o mesmo título. Na pintura e no piano, para usufruto próprio, mais do que para (se) expor. Discreto, com papéis, notas, esboços, rascunhos, etc., muitos, que não terá sequer completado, vê-se – quem o conheceu sabe disso – que gostava sobretudo da vida, de viver, enquanto força da natureza estuante de pujança e sensatez. Para quem não saiba: com mais de 80 anos de idade, parecia que tinha apenas 50 e poucos, com o cabelo todo preto, sem ser pintado! Prezava a família e a amizade, os afectos e a convivência. Não era de rufar tambores e, modesto, escreveu apenas o que quis e quando quis, sem se submeter a uma “carreira literária”: a literatura e a cultura eram-lhe vitais, viscerais, modo antigo de (sobre)vivência do ser e do estar, contra o comércio e o falso esplendor do mercantilismo cultural.

Assim se compreende que – como aconteceu com tantos outros autores da África – as datas de publicação não correspondam sequer às décadas de feitura dos textos, estes sempre “atrasados” na saída. Assim se explica que, por exemplo, o

romance **Os Flagelados do Vento Leste** tenha saído apenas em 1960 e seja um texto com fundas implicações naturalistas, portanto, ainda com algo de profundamente enraizado na ideia de determinismo do meio sobre o indivíduo, próprio do século XIX. É certo que também se explica por ter sido escrito muito antes e a motivação ser a seca e a fome, de tal modo que, diga-se assim, o autor não podia escapar à violência do real para desejar qualquer tipo de experimentalismo ou vanguarda estética. Mais: a notação descritiva, a representação realista de acções, personagens, motivos, imagens, etc impuseram-se a Manuel Lopes, tal como a Baltasar Lopes, embora fossem dois discursos literários diferenciados (mais poetizante o de Baltasar). A realidade da vida, a força da impiedosa natureza, a evidência do sofrimento eram, para ele, inescapáveis, não havendo outro modo de os querer dizer, a não ser com o instinto e a crença de que era preciso transmitir “uma mensagem” aos vindouros, para que não se esquecessem as secas da primeira metade do século XX, qual calvário ou “tsunami” cabo-verdiano.

A sua inspiração parte, pois, da realidade do país ainda colônia, conhecidas e vividas as suas catastróficas secas, tal como a experiência, tão insular, da emigração, que experimentou para os Açores, com ida ao Estado norte-americano do Massachusetts e ficando-se por Lisboa até à morte. Prisioneiro das vivências da juventude, como todos os da sua geração (Jorge Barbosa escreveria poemas, mais tarde, sobre outros temas, incluindo os políticos), Manuel Lopes escreveu sobre um tempo (o dos anos 30-40) e um território (Cabo Verde, Ilha de Santo Antão), marcados pela nostalgia do que se viveu e se tenta recuperar pela escrita, não do saudosismo, mas da eficácia performativa e pragmática, isto é, para testemunhar, ensinar e louvar as gentes desconhecidas. O seu estilo é, por isso, claro e explicativo, denunciador e saboroso, talhado em moldes de norma canónica “metropolitana”, mas, sem dúvida, não podendo ser senão cabo-verdiano “de gema”, tal como o romance **Chiquinho**, de Baltasar Lopes, sendo discursivamente de língua literária bem “mais cabo-verdiana”, jamais poderia ser “português”. Essa operação semântica, de deslocação da portugalidade para a cabo-verdianidade, uns pelo discurso também, outros pelo conteúdo, outros ainda pela ideologia explícita, ousou-a o A. Somente através do **ethos**

que não pode ser outra coisa que não o do ser-se cabo-verdiano nos comportamentos, expressões (mesmo em português de Portugal), motivações, idealizações, imaginários. Por isso, o romance **Chuva Braba** é o contrário dos **Flagelados** da seca, é a evidência da chuvada fertilizante que sacia e, paradoxalmente, incomoda, de tão inusual, como se pode ver, no final, em que uma porta custa a fechar, pela violência do vento e da chuva brava. O livro fala também das dificuldades perante as autoridades coloniais, de modo subtil, nele usando o A. Também expressões muito tipicamente insulares, para caracterizar melhor as falas populares, e não se eximindo, por vezes, a referências eruditas (a Mefistófeles, por exemplo), porém, escapando ao exibicionismo, fugindo dele a sete pés, apenas para pontuar melhor uma indicação, pois os seus livros podem ser lidos por todos e qualquer um.

São evidentes os contributos que fica a dever ao romance brasileiro nordestino de 30, a Steinbeck como a Caldwell, mas, como ele afirmou em entrevista, procurou libertar-se das leituras e, pode-se afirmá-lo, não manifesta qualquer dessas “angústias das influências”, como agora se diz, mesmo que as queiram pesquisar no âmbito psicanalítico: Manuel Lopes era cioso – e tinha razão – do seu fazer literário próprio, sem dependência de cartilhas prévias, porque livre e honesto, querendo somente “dar conta do recado” que sentia poder levar aos leitores do seu tempo e do futuro. Foram-lhe feitas algumas críticas injustas, mas até Onésimo Silveira (o actual embaixador do seu país em Portugal), que criticou, em tempos que já lá vão, os da **Claridade**, poupou-o mais do que aos companheiros do triunvirato, precisamente pelo romance **Chuva Braba**. Essa crítica, feita em 1963, no começo da luta de libertação nacional, provindo do jovem politicamente aguerrido que Onésimo era, só podia constituir-se como aval do escritor e homem que usava numa epígrafe um trecho do escritor francês Henri Barbusse, internacionalista, pacifista, anti-imperialista, curiosamente inspirador da revista e do movimento em que o “trio claridoso” se afirmou como pilar da Nação a nascer. Uma obra que

teve elogios de Óscar Lopes e Vitorino Nemésio, apenas para citar dois personagens da cultura não cabo-verdiana e não ligados aos estudos africanísticos.

Saiu primeiro um livro de **Poemas de Quem Ficou** (1949), antes das narrativas em livro, mas foram estas que o projectaram, inclusive no Brasil, à época da sua divulgação. Voltaria a reincidir na poesia com **Crioulo e Outros Poemas**, já nos anos 60, e só recentemente é que Alberto Carvalho estudou e ajudou a organizar a totalidade da sua obra poética – com o sugestivo título de **Falucho Ancorado** (2000), pequeno barco como que de quem sempre ficou lá na terra, mesmo vivendo em Lisboa. Ora essa poesia, tal como os de Baltasar Lopes e de Jorge Barbosa, seus pares no panteão nacional das letras cabo-verdianas, contribui para uma visão mais aprofundada do escritor, não apenas de narrativas, mas demonstrando uma sensibilidade poética na melhor tradição do arquipélago, que não pode ser desvinculada do desejo de expressar os sentimentos e a vontade de pertença a uma comunidade nova em formação, bem assim como as angústias e as dores da existência, tanto como as alegrias, do ser-se cabo-verdiano, isto é, permanentemente insulado e solidário, por saber-se e sentir-se na pele o que tal significa. Assim, leia-se a sua poesia com olhos de ver um país e um povo sofridos e empreendedores, mas no qual há lugar para a afectividade poderosa da criação, do sublime e do intemporal, para resguardar a memória dos vivos para além da morte – destino maior de qualquer arte, para lá da usura da mercadoria, de que Manuel Lopes sempre quis escapar.

Merecia ter recebido o Prémio Camões, mas felizmente que o Instituto com o mesmo nome editou, sob a tutela de Jorge Couto e com organização de Armandina Maia, uma espécie de “álbum documental”, com fotos, as suas pinturas, uma entrevista, e outro material, incluindo reproduções fac-similadas, constituindo uma bela homenagem e um excelente baú de onde novas surpresas podem sempre sair, por meio de instigantes leituras de uma personalidade que ultrapassa a sua modéstia.

Aceito em 20/06/2006.